

Cultura cívica e religião cristã: Festa de Nuno Álvares / Festa do Patriotismo

Ernesto Castro Leal*

1. Comemoração, poder e identidade

As comemorações cívicas, em particular os centenários, envolveram a vida pública portuguesa desde finais do século XIX até hoje. São, portanto, uma incontornável dimensão de cultura histórica e de memória social dentro da perceção do nosso tempo contemporâneo, permitindo a configuração de um campo historiográfico de estudo¹. As celebrações comemorativas promoveram um *imaginário heroico* que justificou diversos programas e práticas de patriotismo e de nacionalismo político e cultural, pelo menos, com grande incidência, entre 1880 (3.º centenário da morte de Camões) e 1960 (5.º centenário da morte do Infante D. Henrique). Durante esse período, pode definir-se um calendário do comemorativismo português com cinco tempos fortes: (i) 1880 e 1882 (Camões e Pombal); (ii) 1887, 1894 e 1897-1898 (Passagem do

* Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras).

¹ Fernando Catroga, «Ritualizações da História», *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX* (autores: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-671.

Cabo da Boa Esperança/Bartolomeu Dias, Infante D. Henrique e Partida para a Índia); (iii) 1905, 1909 e 1910 (Bocage, José Estêvão e Herculano); (iv) 1918-1922-1931 (Nuno Álvares); (v) 1940, 1947 e 1960 (Fundação e Restauração da Nacionalidade, Tomada de Lisboa aos Mouros e Infante D. Henrique).

A fundamentação do comemorativismo é muito devedora do programa positivista de Auguste Comte, exposto principalmente na sua obra *Catecismo Positivista* (1849), para uma nova religiosidade cívica (sociocracia), onde se inseriam, conjuntamente com as Exposições e os Congressos, os Centenários, os quais acabariam por estabelecer um «sistema regular de comemorações» em honra dos grandes homens e dos grandes sucessos que tivessem marcado a evolução mental e material da Humanidade. A receção em Portugal desse programa de cultura cívica e de espiritualidade laica, com alguns ajustamentos doutrinários, operou-se particularmente por via do pensamento de Manuel Emídio Garcia e de Teófilo Braga, sendo o deste último recolhido na sua obra emblemática *Os Centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*². A primeira realização comemorativa, muito influenciada por essa inspiração positivista comtiana, adaptada ao tempo e às circunstâncias nacionais pelos republicanos portugueses, foi a comemoração do 3.º centenário da morte de Camões (1880)³.

Se é verdade que a programação política laicista republicana ativou o comemorativismo como projeto cultural, cívico e político, não se deve esquecer o contributo dado pela resposta católica de recristianização social, evidenciada logo no 7.º centenário do nascimento de Santo António (1895), continuada em múltiplos outros centenários de figuras ligadas à história da Igreja Católica, vindo a projetar-se significativamente no 5.º centenário da morte de Nuno Álvares Pereira (1931), no duplo centenário (1940) e no 8.º centenário da tomada de Lisboa aos mouros (1947). Estas duas últimas comemorações fizeram já parte de uma das mais insistentes dimensões da ideologia e da mentalidade nacionalistas do «Estado Novo» salazarista: a promoção atualizada do *mito de cruzada*⁴, também já presente nas celebrações a Nuno

² Teófilo Braga, *Os Centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, [Tipografia de A. J. da Silva Teixeira], 1884; Fernando Catroga, «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social», *Revista de História das Ideias*, vol. 1, Coimbra, 1976, pp. 287-394; José Esteves Pereira, «Positivismo e República», *Estudos Filosóficos*, vol. 3, *Atas do VIII Colóquio Antero de Quental* (organizado pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais e pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira/Lisboa), São João del-Rei (Minas Gerais/Brasil), 2009, pp. 153-166.

³ Jorge Borges de Macedo, «Camões em Portugal no século XIX», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, 1985, pp. 139-180; Fernando Catroga, «As comemorações camonianas (1880)», *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, pp. 551-555.

⁴ António José Saraiva, «As épocas da Cultura Portuguesa», in *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, livro I, *Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, Amadora, Livraria Bertrand, 1982, pp. 115-162.

Álvares Pereira, inculcando, por esse meio, o projeto político e civilizacional de *Portugal-Império* como matriz identificadora do Estado-Nação português⁵.

A ritualização cívica comemorativista de figuras ilustres ou de factos históricos é um processo essencial na recriação das identidades culturais nacionais, com alcance político e pedagógico, fator de *inscrição* que se tornou relevante para a nacionalização dos Estados e das massas, mas também contribuiu para a escrita das histórias nacionais, dentro de uma metodologia científica, referindo a propósito Anne-Marie Thiesse:

«No dealbar do século XIX, as nações ainda não têm história. Mesmo as que já identificaram os seus antepassados dispõem apenas de alguns capítulos incompletos de uma narrativa em que o essencial ainda está por escrever. No fim do século, possuem já um relato contínuo que narra um longo caminho percorrido cujo sentido, apesar de todas as vicissitudes e de todos os obstáculos, é dado pelo génio nacional. História acabada, se a nação conquistou a independência, história que anuncia um futuro radioso próximo, se o combate pela liberdade está por travar.»⁶

2. Nuno Álvares Pereira: ritos de recordação

Joaquim Pedro de Oliveira Martins estabeleceu na política portuguesa uma «galeria dos homens típicos», entre finais do século XIV e finais do século XVI, que exprimia o «nome de um herói» individualizado com as suas qualidades representativas dentro da cadeia de gerações que se sucederam e que eram produto, segundo a sua interpretação, da «seiva da árvore nacional» que «alimentava uma vegetação pujante»: Nuno Álvares, «o Messias da pátria portuguesa»; os Filhos de D. João I, «plêiade (...) iniciadora da vida nova que tivemos na Renascença»; D. João II, o «Príncipe Perfeito», Afonso de Albuquerque, o nosso «Alexandre», abrangendo os reinados de D. Manuel e D. João III; e D. Sebastião, «um Nun' Álvares póstumo»⁷.

Na leitura martiniana, cada um desses *símbolos unificadores* transportava para o presente uma exemplaridade ética e política de patriotismo cívico,

⁵ Fernando Piteira Santos, «Portugal Império: do mito ao conceito jurídico», *Revista da Faculdade de Letras*, 5.ª série, n.º 2, Lisboa, 1984, pp. 43-53.

⁶ Anne-Marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – Séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 133.

⁷ Oliveira Martins, *A Vida de Nun' Álvares. História do estabelecimento da dinastia de Avis* [1893], Porto, Lello & Irmão Editores, 1983, p. 6; Idem, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1983, p. 275.

posição partilhada pelo seu amigo José Maria Eça de Queiroz: «(...) têm sido os *Filhos de D. João I*, e agora o *Nun'Álvares* que me têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito *reaportuguesar* Portugal. Pagas de resto a dívida, que nunca fora paga, àqueles que fizeram Portugal. Outros estão no limbo obscuro, pedindo igualmente o seu salário. Pensa neles.»⁸

Apesar do intuito de «estudar criticamente o assunto» para «obter um conhecimento exacto do tempo, dos homens e dos casos escolhidos»⁹, o que, na verdade, interessava a Oliveira Martins, com as biografias dos anos 90 de Oitocentos, era a divulgação de lições morais exemplares sobre processos de construção e de resistência da Nação ou de afirmação do Estado, que ajudassem ao revigoramento do carácter nacional, através de uma «vida nova». Eça de Queiroz, na já referida carta dirigida a Oliveira Martins, escreveu alguns comentários pertinentes, desocultando a verdadeira função política imediata da biografia *A Vida de Nun'Álvares*:

«Para me desembaraçar logo do que me agrada menos, dir-te-ei que o Andeiro me parece ter traços demasiados do Mariano de Carvalho [político do Partido Progressista]: chega mesmo a haver reminiscências. O ilustre chefe da casa dos Castros, o pobre D. Álvaro, também me parece um pouco *poussé* à caricatura. (A Emília achou-te cruel!) Decerto, já no século XV havia Prudhommes, mas D. Álvaro é, antes do conselheirismo, quase um conselheiro, e do tipo mais conselheiral: também julguei antever reminiscências! E aí está o que é um grande historiador chafurdar em *Política*: insensivelmente transporta para o homem do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens da véspera – e desabafa nas costas dos mortos! Também não me agradam muito certas minudências do detalhe plástico, como a notação dos gestos, etc. Como os sabes tu? Que documento tens para dizer que a Rainha, num certo momento, cobriu de beijos o Andeiro, ou que o Mestre passou pensativamente a mão pela face? Estavas lá? Viste? Esses traços, penso eu, não dão mais intensidade de vida, e criam uma vaga desconfiança. Mas afora estas pequeninas reservas (...), não tenho senão a louvar pelo lado da arte (...). Além de um belo livro, o *Nun'Álvares* é uma boa acção. Estas monografias que empreendeste, são o maior serviço que neste século se tem feito a Portugal (...).»¹⁰

⁸ Carta de Eça de Queiroz dirigida a Oliveira Martins, enviada de Paris, com data de 26 de abril de 1894, in Eça de Queiroz. *Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2.º volume, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 315.

⁹ Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Álvares*, p. 5.

¹⁰ Eça de Queiroz. *Correspondência*, 2.º volume, pp. 313, 314 e 315.

Uma das figuras incorporadas nesse painel do heroísmo patriótico e nacionalista português, sujeita embora ao longo do tempo a leituras diferentes, foi Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino bem sucedido, avaliador cauteloso das circunstâncias antes da tomada de decisão, portador de uma eficaz ideia de chefia. Protagonizaria todas as «potencialidades estratégicas» que afluíram na «opção nacional atlântica» e, ao mesmo tempo que garantia a independência política da Nação, dava um importante contributo para a formulação de um projeto nacional cuja viabilidade na época dependia muito do equilíbrio geopolítico entre a componente continental e uma componente atlântica¹¹. Às dimensões militar de *herói* e civil de *político*, acrescentaria a dimensão religiosa de *santo*, aurida como frade da Ordem dos Carmelitas Calçados, dentro do Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, em Lisboa, que ele próprio mandara construir muito provavelmente em louvor da vitória militar de Valverde ocorrida em outubro de 1385.

2.1. Festa do Santo Condestável

A Sagrada Congregação dos Ritos, reunida no Vaticano a 15 de janeiro de 1918, após analisar o relatório feito pelo Cardeal proponente, D. Vicente Vanutelli (antigo Núncio Apostólico em Lisboa), reconheceu as condições exigidas para a beatificação de Nuno Álvares Pereira. O Papa Bento XV, no dia 23 de janeiro seguinte, ratificou a sentença, tomando-a pública pelo Decreto *Clementissimus Deus*, e aprovou a missa e o ofício da festa ao Beato Nuno de Santa Maria para o dia 6 de novembro¹². Não há dúvida de que a beatificação de Joana d'Arc em 1909 – venerada a 30 de maio, canonizada em 1920 e declarada padroeira da França em 1922 pela III República francesa e apropriada

¹¹ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, s.l. [Lisboa], Instituto da Defesa Nacional, s.d. [1987], pp. 31-69.

¹² Para a historicidade do culto popular e dos processos para a beatificação, cf., entre outros, Padre José António da Conceição Vieira, *Memória sobre a fase cristã do grande condestável D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, [Tipografia de Sousa & Filho], 1871; Dr. Pereira dos Reis, *O Santo Condestabre*, Lisboa, [Tipografia Portuguesa], 1916; Padre Valério A. [Aleixo] Cordeiro, *Vida do Beato Nuno Álvares Pereira (Santo Condestável)*, Lisboa, Edição da Livraria Católica, 1919; «Decreto. Lisboa. Confirmação do culto imemorial prestado ao servo de Deus Nuno Álvares Pereira, Leigo professo da Ordem dos Carmelitas Calçados, chamado bemaventurado e santo», in *Vida Católica*, Lisboa, ano III, n.º 60, 20 de Fevereiro de 1918, pp. 356-361; Padre Francisco C. [Coelho] R. [Ribeiro] de Abranches, *Beato Nuno de Santa Maria ou Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, 1924; D. José Alves Correia da Silva, *Pastoral sobre o culto do Beato Nuno de Santa Maria na Diocese de Leiria*, Leiria, [Oficinas da Gráfica], 1949.

pelas direitas francesas¹³ – foi um importante estímulo para a beatificação de Nuno Álvares Pereira e subsequente culto religioso e culto cívico de conteúdo patriótico.

No dia 15 de fevereiro de 1918, o Cardeal D. António Mendes Belo, Patriarca de Lisboa, numa Circular que dirigiu ao seu clero e povo diocesano, publicada na revista *Vida Católica* (órgão oficial do Patriarcado de Lisboa), interpretava o sentido católico profundo da beatificação de Nuno Álvares Pereira, dentro de uma visão do mundo estruturada pela divisa «Deus e Pátria», concluindo pela urgente intercessão do novo beato junto dos nossos soldados em guerra para que tivessem um regresso seguro:

«Em frente da Imagem do Santo Condestável, invoquemo-lo e procuremos imitá-lo; invoquemo-lo, porque somos portugueses, e em Portugal abriu ele os olhos à luz do dia; imitemo-lo porque somos cristãos e do Cristianismo teve ele as virtudes; honremos como portugueses uma das maiores glórias da nossa Pátria, veneremos como católicos uma das maiores glórias da Religião. Roguemos-lhe que, por sua intercessão, consiga que no espírito e no coração dos portugueses de hoje se inflamem e avivem os sentimentos religiosos e patrióticos, de que ele nos legou exemplo eloquentíssimo, e faça com que os nossos bravos soldados, que lá fora estão vertendo o sangue e arriscando a vida em defesa do nosso amado Portugal, que ele por mais de uma vez, salvou do abismo da perdição, regressem, em curto prazo, hasteando triunfante e vitoriosa a bandeira da Pátria, aos seus lares, para junto de quantos os estremecem, e, ansiosos, aguardam o feliz momento em que possam estreitá-los em seus braços.»¹⁴

A inauguração oficial do culto nacional do Santo Condestável ocorreu no ano seguinte, a 23 de novembro de 1919, por meio de solene pontifical, realizado na Igreja de São Domingos, em Lisboa¹⁵. A partir daí, generalizaram-se a todas as dioceses do país as cerimónias culturais, ciclicamente praticadas no dia 6 de novembro, onde desempenharam uma importante função mobilizadora os Núcleos Paroquiais da Juventude Católica Portuguesa ou as Comissões de Culto, as Comissões de Damas e os Pajens do Santo Condestável, organismos da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, criada em junho de 1918, tendo-se salientado as atividades desenvolvidas em Lisboa, Porto, Coimbra

¹³ Philippe Contamine, «Jeanne d'Arc dans la mémoire des droites», in Jean François Sirinelli (dir.), *Histoire des Droites en France*, tome 2, Paris, Gallimard, 1992, pp. 399-435.

¹⁴ *Vida Católica*, Lisboa, ano III, n.º 60, 20 de fevereiro de 1918, pp. 355-356.

¹⁵ Cf., por exemplo, *A Monarquia*, Lisboa, ano III, n.º 605, 22 de novembro de 1919, p. 1.

e Bragança¹⁶. Congratulando-se com as solenidades de inauguração oficial do novo culto, o Papa Bento XV enviou uma Carta ao Cardeal Patriarca e ao Episcopado Português, datada de 18 de dezembro de 1919, tendo recordado, seguindo a doutrina do Papa Leão XIII, que, «não devendo a Igreja, evidentemente, imiscuir-se nas facções nem servir os partidos políticos, cumpre-lhe exortar os fiéis à obediência aos que presidem ao governo, qualquer que seja, de resto, a constituição do Estado. Dela com efeito, depende o bem comum, que é sem dúvida, perante Deus, a lei suprema do Estado (...)»¹⁷.

Esta doutrina do *ralliement*, estabelecida pelo Papa Leão XIII na Encíclica *Au milieu des sollicitudes*, de 16 de fevereiro de 1892, e recordada numa Carta desse Papa dirigida aos Cardeais Franceses em 3 de maio desse ano, estava reiterada nas Pastorais Coletivas do Episcopado Português de 24 de dezembro de 1910 e de 22 de janeiro de 1917, nas Bases de Reorganização do Centro Católico Português, aprovadas pelo Episcopado, em 23 de novembro de 1919, e na Carta de Resposta do Episcopado de 4 de fevereiro de 1920 à Carta do Papa, mas os Bispos não deixaram de recordar as injustiças e os vexames que tinham sofrido durante o regime republicano, o que justificava a não total concretização dessa doutrina, permitindo a manifestação de um debate dentro do campo católico português sobre as formas de participação nas instituições políticas da I República: «E assim, acatando as instituições vigentes, e prestando o respeito devido à autoridade, obedecemos também às Leis promulgadas pelos Poderes públicos no intuito de promoverem o maior bem da sociedade, e sempre que não contrariem as leis de Deus, as da Igreja e os ditames da consciência; e isto, ainda mesmo que, como não raro tem acontecido, as medidas publicadas traduzam desconsiderações imerecidas e injustas para conosco.»¹⁸

A intensificação do culto mariano¹⁹, ao redor da Senhora de Fátima, desde 1922, que transportava uma crença de «salvação pelo milagre», retiraria ao culto condestabrino força mediadora nos apelos messiânicos do povo cristão contra o laicismo e as atitudes jacobinas republicanas, exigindo a breve prazo uma comunicação vivencial entre esses dois cultos, que acabaria por se realizar a partir de agosto de 1928. Reforçando esta estratégia de comunicação, será inaugurado o culto ao Santo Condestável em Vila Nova de Ourém, no dia 4 de novembro de 1928, com a presença do Bispo de Leiria e participação ativa

¹⁶ Para uma visão geral, cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

¹⁷ *Vida Católica*, Lisboa, ano V, n.º 103/104, 5 de abril de 1920, pp. 165-167.

¹⁸ *Ibidem*, p. 169.

¹⁹ Sobre o culto mariano, cf. Manuel Clemente, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 35-73.

de dirigentes nacionais da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (João Afonso de Miranda, Francisco Miranda da Costa Lobo, Domingos Ferreira Deusdado, Mário Moniz e Beatriz Armut)²⁰.

As celebrações da Festa do Santo Condestável no dia 6 de novembro de 1924 ganharam um importante relevo público, tendo sido cuidadosamente organizadas. Em Lisboa, o programa desenvolveu-se na Capela de Nossa Senhora do Carmo com *Te Deum* oficiado pelo Cardeal Patriarca e sermão a cargo do cônego José Pereira dos Reis, e no Teatro Politeama com a presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes: discurso inicial do major António Correia da Silva, presidente da Comissão Executiva da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira; conferência proferida por Leonardo Coimbra, intitulada «A personalidade eminente de Nun'Álvares»; representações teatrais da peça de Júlio Dantas, *Rosas de todo o ano*, e de Rui Chianca, *Aljubarrota*; concerto pela banda da Guarda Nacional Republicana.

2.2. Festa de Nuno Álvares / Festa do Patriotismo

A partir de agosto de 1920, uma nova liturgia cívica e patriótica foi desenvolvida, agora em torno da data de 14 de agosto (lembrando o 14 de agosto de 1385), e permitiu o alargamento da audiência moral, ideológica e política do símbolo social Nuno Álvares Pereira como elemento agregador do patriotismo e do nacionalismo moderno português²¹. Essas celebrações públicas, muito influenciadas na sua origem imediata pela aprovação a 24 de junho de 1920 da festa nacional francesa a Joana d'Arc, puseram quase sempre em convergência (com raras exceções) os poderes civis (Presidência da República, Governo e Câmaras Municipais), militares (Exército) e paramilitares (Guarda Nacional Republicana) e religiosos (Igreja Católica), com a valorização das iniciativas centrais em Lisboa, mas o espaço comemorativo disseminou-se um pouco pelo território nacional.

O processo de aprovação oficial da Festa de Nuno Álvares/Festa do Patriotismo, mais conhecida correntemente por Festa da Pátria, teve início na sessão n.º 115 do Senado, em 3 de agosto de 1920, por meio da entrega à mesa

²⁰ *A Voz*, Lisboa, ano II, n.º 630, 6 de novembro de 1928, pp. 1-2.

²¹ Para uma leitura das vias de pensamento do nacionalismo português, entre 1910 e 1940, cf. Ernesto Castro Leal, «Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política», *História do Pensamento Filosófico Português* (direção de Pedro Calafate), vol. V, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 135-160; Miguel Real, *O Pensamento Português Contemporâneo – 1890-2010. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, pp. 167-301.

de um Relatório e Projeto de Lei²², elaborado pelo senador cónego José Dias de Andrade, elemento ativo do Centro Católico Português e da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, para se instituir anualmente uma festa nacional em honra de Nuno Álvares Pereira, no dia 14 de agosto. No Relatório, o senador católico recordava a votação unânime na Câmara dos Deputados francesa da festa nacional a Joana d'Arc, cujo espírito (festa do patriotismo) era o mesmo daquele que agora propunha:

«A figura de Nuno Álvares Pereira, na plenitude das suas virtudes, destaca-se da nossa história como o exemplo e modelo para todos os portugueses. Todos podem reunir-se em volta desta figura excelsa, sejam quais forem as suas crenças religiosas e as suas opiniões políticas ou filosóficas. Todos o podem reclamar, e nenhuma parcialidade ou partido pode confiscá-lo. Ele é de todos, e a todos excede porque é um resumo de Portugal. Foi herói, foi santo e salvou a Pátria. É, pois, em volta desta grande figura que hoje pode realizar-se, como tão necessário, o milagre da reconciliação nacional (...).»

De seguida, o Projeto de Lei determinava:

«*Artigo 1.º* – A República Portuguesa celebra anualmente a festa de Nuno Álvares, festa do patriotismo. § único – Esta festa será celebrada no dia 14 de Agosto, aniversário da Batalha de Aljubarrota; *Artigo 2.º* – No local da batalha será levantado em sua honra e por subscrição pública, um monumento com a seguinte legenda: *A Nuno Álvares Pereira – Defensor da independência nacional – A Pátria reconhecida.*»

A leitura, discussão e aprovação do Projeto de Lei fez-se na sessão n.º 118 do Senado, em 6 de agosto de 1920, havendo unanimidade de pontos de vista. Sintomáticas foram as opiniões expressas por António Granjo, Presidente do Ministério e dirigente do Partido Republicano Liberal, e por Bernardino Machado, senador do Partido Republicano Português («Partido Democrático»). Granjo considerou que Nuno Álvares era uma das maiores figuras da nossa história, que fora consagrado em Aljubarrota, recordando ao mesmo tempo a inexistência em Portugal de um movimento à sua volta, semelhante ao que em França tinha Joana d'Arc; como republicano, sem nenhuma profissão religiosa, não lhe custava nada admirar quer o herói quer o santo – «a sua fé patriótica era igual à sua fé religiosa» –, justificando-se plenamente a promoção do seu culto nacional. Bernardino, por

²² Cf. Relatório e Projeto de Lei, in *A Época*, Lisboa, ano II, n.º 435, 5 de agosto de 1920, p. 1; *Diário das Sessões do Senado*, sessão n.º 118, em 6 de agosto de 1920, pp. 12-13.

sua vez, disse associar-se com toda a sua alma ao projeto apresentado, para que se celebrasse a sua consagração nacional e se homenageassem as «grandes virtudes cívicas do que foi um dos maiores patriotas da nossa terra».

Através da Lei n.º 1012, de 13 de agosto de 1920, o Presidente da República, António José de Almeida (que também era Presidente honorário da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e fora sempre um dos seus apoiantes desde a fundação em 1918), promulgaria o diploma que o Congresso da República decretara, estabelecendo uma festa nacional da República (14 de agosto), denominada de Festa de Nuno Álvares/Festa do Patriotismo (Festa da Pátria). O modelo celebrativo nacional constava essencialmente de cerimónias religiosas levadas a cabo pela Igreja Católica, de preleções militares nos quartéis sobre Aljubarrota e a vida militar de Nuno Álvares Pereira e de sessões cívicas promovidas pela Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, pela Juventude Católica Portuguesa e pela Ala do Santo Condestável; além disso, desde 1928, introduziu-se nas atividades anuais a participação na peregrinação religiosa e patriótica a Fátima, Batalha e Aljubarrota.

Em Lisboa, o programa oficial comemorativo, com algumas variantes anuais, estabelecia as seguintes atividades: alvorada solene e preleções nos quartéis; solene *Te Deum* na Capela do Carmo; distribuição de um bодо aos pobres junto do Convento do Carmo, seguido de discursos patrióticos; desfile militar na área do Largo do Carmo; conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa; concertos pela banda da Guarda Nacional Republicana; iluminação e embandeiramento do Largo do Carmo e do Largo de Camões, bem como da Praça dos Restauradores e da Praça do Rossio; sessão solene noturna nos Paços do Concelho. Devem notar-se as imponentes comemorações de 1921 (sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa, presidida pelo Presidente da República, António José de Almeida), de 1925 (desfile militar na Avenida da Liberdade, com a assistência do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes), de 1931 (grande peregrinação nacional a Fátima, Batalha e Aljubarrota), organizadas pela Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira em convergência com o Governo, de 1935 (sessão solene nas ruínas do Convento do Carmo, onde discursaram o doutor António Carneiro Pacheco e o cónego Francisco Moreira das Neves) e de 1938 (grande espetáculo popular no Terreiro do Paço), estas duas últimas já sob a tutela quase exclusiva da União Nacional e do Governo do «Estado Novo» salazarista.

A única vez que a controvérsia pública se instalou sobre as cerimónias da Festa de Nuno Álvares/Festa do Patriotismo (Festa da Pátria) ocorreu em 1921. O pretexto foi a autorização dada pelo Ministro da Instrução Pública, António Ginestal Machado (membro do Partido Republicano Liberal e apoiante da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira desde 1918), para a celebração

no dia 14 de agosto de uma missa campal nas ruínas do Convento do Carmo, em Lisboa, organizada pela Cruzada. Tal facto suscitou uma forte reacção na área republicana radical laicista, sendo entendida essa decisão como um ato de afirmação do clericalismo e, em resposta, a União Liberal – presidida por Sebastião de Magalhães Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, e que fora constituída nos inícios de 1921 para dar continuidade à campanha laicista sob a invocação da sua antecessora Junta Liberal – promoveu uma Semana Anticlerical lisboeta, entre 8 e 14 de agosto de 1921²³.

A iniciativa constou de conferências, em cada um dos dias dessa semana, proferidas por Barros Lima, tenente Machado Toledo, capitão Camilo de Oliveira, Daniel Rodrigues (adiada em virtude de uma reunião de parlamentares), Orlando Marçal, José de Jesus Pires e César da Silva, que tiveram lugar respetivamente nos Centros Escolares Republicanos Almirante Reis, Afonso Costa, António Luís Inácio, Tomás Cabreira, Arroios, Santos e Bernardino Machado. A campanha terminou a 14 de agosto com um comício em Alhandra em «Defesa das Leis Liberais da República».

O dia 14 de agosto foi festa nacional da República entre 1920 e 1928, acalutando nos sectores católicos e em alguns sectores laicos moderados a ideia de o consagrar como feriado nacional da República, situação muito dificultada após o reconhecimento oficial, em 1925, da nova festa nacional da República a celebrar no dia 10 de junho em honra de Camões (Festa de Portugal). Precisando o calendário dos feriados cívicos nacionais, em virtude de alguns equívocos, o Presidente da República António Óscar Carmona e o Ministério de Artur Ivens Ferraz decretaram, no dia 29 de julho de 1929, a confirmação de todos os feriados nacionais anteriores (1 de janeiro, 31 de janeiro, 3 de maio, 5 de outubro, 1 de dezembro e 25 de dezembro), acrescentando o novo feriado nacional de 10 de junho (Festa de Portugal) e não contemplando o dia 14 de agosto²⁴.

²³ *O Mundo*, Lisboa, ano XXI, n.º 7157 a n.º 7163, 8 a 14 de agosto de 1921.

²⁴ Logo a seguir ao triunfo da revolução republicana, o Governo Provisório decretou a 12 de outubro de 1910 o novo calendário laico dos feriados nacionais – 1 de janeiro (Fraternidade Universal), 31 de janeiro (Precursores e Mártires da República), 5 de outubro (Heróis da República), 1 de Dezembro (Autonomia da Pátria Portuguesa) e 25 de dezembro (Família) –, acrescentando-se outro com decreto de 1 de maio de 1912 – 3 de maio (Descobrimiento do Brasil) – cf. *Diário do Governo*, n.º 7, 13 de outubro de 1910; n.º 104, 4 de maio de 1912. Para o novo calendário de feriados nacionais, cf. *Diário do Governo*, I série, n.º 174, 1 de agosto de 1929 (Decreto n.º 17171, de 29 de julho de 1929). Os feriados do 1 de janeiro e do 3 de maio constavam das «festas nacionais» da República Brasileira desde o decreto n.º 155 B, de 14 de janeiro de 1890 – consagrados também, respetivamente, à «fraternidade universal» e à «descoberta do Brasil» (no decreto português de 1912 estava «descobrimiento do Brasil», mas no decreto reorganizador de 1929 escreveu-se «descoberta do Brasil»). Quanto ao 1 de dezembro, no decreto de 1910, era consagrado à «autonomia da pátria portuguesa», mas já no decreto de 1929 aparecia a consagração da «restauração da independência».

A Festa de Nuno Álvares/Festa do Patriotismo (Festa da Pátria) continuou a ser comemorada, com maior ou menor apoio dos sucessivos Governos e vereações da Câmara Municipal de Lisboa, funcionando institucionalmente como uma espécie de feriado informal até 1938, numa situação semelhante à comemoração da data de 28 de maio de 1926. A Direção-Geral da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, em articulação com as autoridades eclesíásticas e governamentais, promovia anualmente, a partir de 1928, uma peregrinação religiosa seguida de romagem patriótica, entre os dias 12 e 14 de agosto, a Vila Nova de Ourém, Fátima, Batalha e Aljubarrota, articulando pela primeira vez o culto do Santo Condestável com o culto da Senhora de Fátima. O capitão João Afonso de Miranda, fundador da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira em 1918, justificou assim esse pioneirismo cultural: «A Cruzada segue o seu Patrono. Nun'Álvares, antes de ferir a batalha de Aljubarrota, acampou em Fátima e ali ajoelhou e orou (...).»²⁵

Na estrutura das peregrinações e romagens patrióticas de agosto de 1928 e de 1929 fixou-se o modelo de celebração que se repetirá entre 1930 e 1934, visto o Governo, por meio da União Nacional, a partir de 1935, ter centralizado fortemente o calendário comemorativo da batalha de Aljubarrota, reduzindo o espaço de iniciativa da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, que se extinguirá em outubro de 1938. Havia um duplo movimento de peregrinos que convergiam em Fátima: de um lado, aqueles que se deslocavam de Lisboa em comboio (em 1928 partiram cerca de cem), organizados pela Direção-Geral da Cruzada; de outro lado, os que partiam do norte e principalmente os que iam das várias paróquias da diocese de Leiria, incentivados pelos respetivos párocos em resposta às Circulares do Bispo D. José Alves Correia da Silva – emitidas habitualmente entre finais de julho e princípios de agosto –, onde se apresentava o respetivo Programa²⁶.

Durante a peregrinação e romagem patriótica de 1928, os espaços vividos foram Fátima (noite de 12 para 13 de agosto), Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, e campos de Aljubarrota (manhã de 14 de agosto), mas nos anos seguintes, além desses lugares simbólicos da memória nacional, os peregrinos concentravam-se previamente em Vila Nova de Ourém (tarde de 12 de agosto), seguindo depois para Fátima. Entre os mais importantes atos cerimoniais, interessa relevar, em Ourém, a visita ao Castelo, com um discurso patriótico, seguida de *Te Deum* na Igreja matriz e alocação do Bispo de Leiria;

²⁵ *A Voz*, Lisboa, ano II, n.º 618, 25 de outubro de 1928, p. 3; João Afonso de Miranda, «Comemoração realizada em Agosto de 1928», *Galeria do Santo Condestável*, ano I, n.º 1, Lisboa, 1929, pp. 11-14.

²⁶ Cf., por exemplo, as Circulares de 2 de agosto de 1928, de 26 de julho de 1929 e de 2 de agosto de 1931, in *O Mensageiro*, Leiria, ano XIII, n.º 674, 4 de agosto de 1928, p. 8; ano XIV, n.º 727, 10 de agosto de 1929, p. 1; ano XVI, n.º 830, 8 de agosto de 1931, p. 1.

em Fátima, a procissão das velas e cerimónias religiosas; na Batalha, missa no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, com alocação do Bispo de Leiria, e romagem ao Túmulo dos Soldados Desconhecidos; nos campos de Aljubarrota, o cortejo com a Imagem do Santo Condestável até à Capela de São Jorge, onde se fazia a «apoteose à Pátria e ao Beato Nuno». A alocação do Bispo de Beja, D. José do Patrocínio Dias, antigo alferes capelão na Flandres durante a Grande Guerra, em frente dos Túmulos dos Soldados Desconhecidos, dentro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha, a 14 de agosto de 1928, representou um importante momento de recatolização do culto heroico prestado desde 1921 aos Soldados Desconhecidos. Afirmaria, a certo passo, do seu discurso: «É necessário acabar com a laicização que se quis dar ao culto pelo Soldado Desconhecido e substituí-la pelo culto religioso (...)»²⁷

A peregrinação e a romagem patriótica de agosto de 1931 atingiriam o maior esplendor de todas as que foram realizadas, visto inserir-se nas comemorações nacionais do 5.º centenário da morte de Nuno Álvares Pereira. O ponto de concentração dos peregrinos idos de Lisboa com os de outros destinos foi Tomar – onde se fizera a 9 de agosto de 1385 o primeiro alardo conjunto das tropas de Nuno Álvares Pereira e do Mestre de Avis –; depois dirigiram-se aos lugares habituais das anteriores peregrinações e romagens, desenrolando-se as várias cerimónias religiosas e cívicas: Vila Nova de Ourém (dia 12) – missa cantada de manhã e *Te Deum* à noite na Igreja matriz, procissão com a imagem do Beato Nuno, hastear no Castelo dos estandartes de D. João I, de Nuno Álvares, de Avis e da Ala dos Namorados, alocações várias; Fátima (dias 12/13) – procissão das velas, missa, procissão de Nossa Senhora; Batalha e Aljubarrota (dia 14) – bênção da imagem do Beato Nuno, inauguração da lápide da Avenida Nuno Álvares, cortejo, missa no Mosteiro, romagem aos túmulos dos Soldados Desconhecidos, visita aos campos de Aljubarrota, junto à Capela de São Jorge; no regresso, os peregrinos de Lisboa pararam em Alcobaca, visitando o Mosteiro.

3. Consideração final

Ao longo do regime republicano, para além dos feriados nacionais e dos feriados municipais, foram decretados, em diversas ocasiões, dias feriados excepcionais, como por exemplo, em 20 de abril de 1913 (2.º aniversário da lei da separação do Estado das Igrejas), 18 de outubro de 1917 (1.º centenário da execução de Gomes Freire de Andrade e de seus companheiros), 9 de abril

²⁷ *A Voz*, Lisboa, ano II, n.º 549, 16 de agosto de 1928, p. 1.

de 1921 (dia da trasladação para o mosteiro da Batalha dos restos mortais dos Soldados Desconhecidos) e 5 de fevereiro de 1924 (homenagem a Luís de Camões). Revestiriam, contudo, significados bastante relevantes as festas nacionais a Nuno Álvares Pereira (aprovada em 1920) e a Luís de Camões (aprovada em 1925), esta última comemorada anualmente desde 1911 pela Câmara Municipal de Lisboa.

As comemorações da Festa de Nuno Álvares/Festa do Patriotismo (Festa da Pátria), no dia 14 de agosto (dia da batalha de Aljubarrota), como festa nacional da República (1920-1926), tiveram fundamentalmente os seguintes objetivos: (i) propiciar o estabelecimento de um laço solidário entre a construção da memória coletiva patriótica e a construção da memória histórica de Nuno Álvares Pereira; (ii) permitir uma convergência de propósitos entre o Estado, a Igreja Católica e as Forças Armadas, moldando uma imagem de «Estado de Ordens»; (iii) incentivar uma dinâmica festiva dos espaços recriados por meio de formas variadas de espetáculo público.

Concluimos, com o historiador Jacques Le Goff, em relação ao valor da memória:

«A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (...). Mas a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (...). A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.»²⁸

²⁸ Jacques Le Goff, «Memória», *Enciclopédia Einaudi*, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 46 e 47.